

ENCONTRO "POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – O PROEXT NA UFF" APRESENTANDO O MÉTODO

THE MEETING "PUBLIC POLICIES AND UNIVERSITY EXTENSION – THE “PROEXT” AT UFF" PRESENTING THE METHODOLOGY

Lucio Enrico Vieira ATTIA*

RESUMO

Este relato de experiência apresenta o diálogo com uma das perguntas de Sanseverino (2015), que em sua dissertação investigou qual o papel dos Técnicos em Assuntos Educacionais (TAEs) nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES). Conversa especificamente a respeito das ações que podem favorecer o desenvolvimento de atividades vinculando ensino, pesquisa e extensão universitária. A interlocução ocorre por meio de apresentação da metodologia utilizada na construção do encontro "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF", realizado em 2014. Neste sentido, o texto que segue visa expor a experiência de atividade realizada na IFES com o objetivo de propor melhorias no âmbito da gestão pública universitária ao mesmo tempo em que compartilha minha produção acadêmica e técnico-científica como servidor administrativo em educação.

PALAVRAS-CHAVE: Técnico em Assuntos Educacionais; Extensão; Metodologia; PROEXT; UFF.

ABSTRACT

This experience report discusses one of the questions of Sanseverino (2015), who in her dissertation investigated the role of Technicians in Educational Affairs in the Federal Institutions of Higher Education. Talk specifically about the actions that may favor the development of activities linking education, research and university extension. The dialogue will be through the presentation of the methodology used in the construction of the meeting "Public Policy and University Extension – the PROEXT at UFF ", realized in 2014. In this regard, the following text aims to expose activity experiment conducted at that Federal Institution aiming to propose improvements within the university public management while sharing my academic and scientific-technical production as administrative server in education.

* Mestre em Cultura e Territorialidades pela Universidade Federal Fluminense. Experiência como Arte Educador e Gestor Cultural. Graduado em Psicologia – Bacharel, Licenciado e Psicólogo. Pós-graduado em Jogos Cooperativos – com ênfase na Pedagogia da Cooperação – e História Social e Cultural do Brasil. Especialista em Gestão Cultural – MBA. Experiência em Gestão, com ênfase na análise de projetos culturais como Parecerista Representante da Sociedade Civil junto à Secretaria de Cultura do Estado do Rio de Janeiro. Parecerista Representante da Sociedade Civil na Secretaria Municipal de Cultura da Cidade do Rio de Janeiro. Parecerista credenciado pela Secretaria de Estado de Cultura de Mato Grosso – SEC/MT. Atualmente é Técnico em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal de Pernambuco. Foi Técnico em Assuntos Educacionais na Pró-Reitoria de Extensão da Universidade Federal Fluminense, com atuação voltada para o desenvolvimento e suporte de editais e eventos tais como o "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF".

KEYWORDS: Technician Educational Affairs; Extension; Methodology; PROEXT; UFF.

1 INTRODUÇÃO

Estamos passando de uma época em que se reconhecia uma cosmovisão pronta e determinada, para um tempo em que é preciso construir a cada momento uma visão de mundo; mais ainda, firma-se a convicção de que não são só os poderosos ou os técnicos que têm capacidade de descobrir caminhos; todos temos esta sabedoria, e este direito não pode ser subtraído das pessoas. (GANDIN, 2010, p. 88)

Este relato de experiência visa expor a experiência de construção do encontro "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF", realizado em 2014; evento que teve como objetivo discutir a participação da Universidade Federal Fluminense (UFF) no "Programa de Extensão Universitária – PROEXT", coordenado pelo Ministério da Educação (MEC).

Docentes, técnicos, discentes e comunidades envolvidas no Edital PROEXT/MEC – com ações desenvolvidas em Niterói e Unidades e Polos do Interior – vivenciaram o evento, que também contou com a participação de representantes do Fórum de Pró-Reitores de Extensão das Instituições Públicas de Educação Superior Brasileiras (FORPROEX) do MEC e com uma conferência, ministrada pelo professor Leonardo Boff, com o tema "Transdisciplinaridade, Junção do Saber Acadêmico com o Saber Popular".

Durante três dias foram expostos pôsteres e produtos da extensão; realizados painéis com o tema "Relatos de Experiências do PROEXT: o perfil da Extensão na UFF"; e apresentados Grupos de Trabalho, tratando das "Percepções e Perspectivas sobre o PROEXT na UFF". Além destas atividades, aconteceu ainda a mesa "Impactos do PROEXT nas Universidades" e uma apresentação do referido edital destinada a servidores que não conheciam o Programa.

O encontro foi construído de maneira dialógica, tema central deste trabalho; contudo, antes de chegarmos a esta reflexão, gostaria de iniciar o relato contextualizando meu cargo, formação e experiências anteriores para, em seguida, abordar a metodologia utilizada na elaboração da ação extensionista.

O presente texto busca interlocução com o problema levantado por Sanseverino (2015) sobre quais ações favorecem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para o cargo de Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) , cuja caracterização é apresentada a seguir.

2 O CARGO TÉCNICO EM ASSUNTOS EDUCACIONAIS

O cargo Técnico em Assuntos Educacionais (TAE) é um cargo público, destinado às Instituições Federais de Ensino Superior (IFES), com elevado cunho político-pedagógico. Seu enfoque de atuação ocorre na área de planejamento, resolução e supervisão de problemas institucionais, sobretudo no que diz respeito aos seus aspectos pedagógicos.

De acordo com Costa Neto (2012), a categoria foi instituída pela Lei nº 5.645/70, tendo como finalidade:

Dotar os órgãos educacionais de profissionais qualificados para a realização das atividades de supervisão, coordenação, programação ou execução de trabalhos de pesquisa e estudos pedagógicos visando à solução dos problemas de educação (MEC, 1979). Nos órgãos centrais, o trabalho do TAE volta-se, principalmente, para atividades de planejamento, fixação de diretrizes, prestação de assistência técnica, controle e avaliação de projetos educacionais e realização de trabalhos especializados. (COSTA NETO, 2012, p. 1, grifos meus)

Também segundo o Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005, entre as suas atribuições, presentes na descrição sumária do cargo, está coordenar atividades de ensino, planejamento e orientação, supervisionando e avaliando estas atividades, a fim de assegurar a regularidade do processo educativo; bem como assessorar as atividades de ensino, pesquisa e extensão.

Já no que diz respeito às atividades típicas do cargo, o MEC (2005) lista, entre outras:

Planejar, supervisionar, analisar e reformular o processo de ensino aprendizagem, traçando metas, estabelecendo normas, orientando e supervisionando o cumprimento do mesmo e criando ou modificando processos educativos de estreita articulação com os demais componentes do sistema educacional *para proporcionar educação integral dos alunos. Elaborar projetos de extensão.* (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 50, grifo meu)

Sendo assim, entendo que a ocupação profissional do TAE se insere no esforço de reflexão sobre a atividade-fim das universidades públicas, uma vez que é responsável por apoiar o processo educativo como um todo, contribuindo para o desenvolvimento de ensino, pesquisa e extensão.

Como requisito de qualificação para o ingresso no cargo, é exigido curso superior em Pedagogia ou Licenciaturas. No entanto, de acordo com a pesquisa realizada por Sanseverino (2015), no âmbito da UFF, verifica-se que a categoria, da qual faço parte, tem executado rotinas essencialmente administrativas (SANSEVERINO, 2015, p. 16). Neste sentido, concordo com a autora. E como participo de grupos de nosso cargo em redes virtuais, posso dizer que a situação não parece nem um pouco diferente em outras IFES. O trecho de documento abaixo, de 1979 [1979!], citado por Sanseverino (2014), parece resumir bem a situação:

[...] Afinal de contas, o que se quer do TAE? O que ele deve fazer? Uma vez que esta indefinição existe, *o que ocorre em geral é a subutilização de TAE's qualificados*, desperdiçados em tarefas burocráticas; *a improvisação do seu trabalho* [o fazer de tudo, a qualquer momento]; *os desvios de função* [os TAE's trabalhando em áreas que não correspondem ao seu cargo]. (MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO E CULTURA, 1979, p. 101, apud SANSEVERINO, 2015, p. 77-78, grifos meus)

Como se pode perceber, não é de hoje que o cotidiano da universidade revela que existem conflitos entre a formação e a natureza pedagógica do cargo de TAE e os requisitos e atribuições do cargo de Assistente em Administração, que exige ensino médio profissionalizante ou ensino médio com experiência de doze meses.

A questão é tão grave que se torna a situação-problema da pesquisa de Sanseverino (2015), para quem:

As atividades desempenhadas pelo TAE estão restritas à esfera administrativa, às atribuições de um Assistente em Administração, desconsiderando-se a sua formação pedagógica que o habilita para atuar em *coordenação, orientação, planejamento, elaboração de projetos, desenvolvimento do processo educativo*. A qualificação do TAE é, assim, desperdiçada, e esse profissional é subutilizado na universidade. Torna-se, portanto, imprescindível transformar essa realidade. É primordial que a universidade aproveite melhor a sua força de trabalho, valorizando a formação e os conhecimentos de seus profissionais, em especial dos TAEs. Dessa maneira, o problema de pesquisa pode ser evidenciado na seguinte pergunta: Como o Técnico em Assuntos Educacionais pode contribuir nas atividades de ensino, pesquisa e extensão em um Instituto de Educação? (SANSEVERINO, 2015, p.16-17, grifos meus)

Nesta seção vimos que o cargo de TAE tem predominantemente apresentado conflitos entre a formação exigida, em qualquer licenciatura, e a natureza pedagógica do cargo. Na seção seguinte, dando continuidade à reflexão, busco contextualizar minha formação a fim de encaminhar uma das possíveis respostas à questão apresentada por Sanseverino (2015).

3 MEU PERFIL DE FORMAÇÃO E ATUAÇÃO PROFISSIONAL

Como vimos, para admissão ao cargo de TAE, o candidato precisa ter, como pré-requisito mínimo, o grau de licenciatura, independente do seu curso superior. No meu caso, cursei Psicologia, sendo intitulado bacharel, psicólogo e licenciado.

Também fiz pós-graduação em Jogos Cooperativos – com ênfase na Pedagogia da Cooperação – e em História Social e Cultural do Brasil. Na sequência, concluí um MBA em Gestão Cultural e o mestrado em Cultura e Territorialidades.

Trago comigo a experiência de atuação profissional em Gestão, com ênfase na análise de projetos culturais, como parecerista representante da sociedade civil nas Secretarias de Cultura Municipal e Estadual do Rio de Janeiro e na Secretaria de Cultura de Mato Grosso; além da prática como servidor público da Secretaria de Estado de Cultura do Rio de Janeiro e gestor cultural no SESC Rio (Unidades Tijuca e Madureira), onde exercia funções de supervisão, planejamento, administração e execução de projetos, e elaboração e avaliação de projetos culturais; e a bagagem de ter trabalhado em instituições como a Petrobras, no "Programa de Criança Petrobras/REDUC", e o Centro Cultural do Jongo da Serrinha.

Quando convocado para tomar posse do cargo de TAE, mesmo ainda não sabendo dos conflitos inerentes à função e ao desempenho de suas atividades, verifiquei junto à Pró-Reitoria de Gestão de Pessoas da UFF quais eram os locais com vagas disponíveis. Dentre eles, encontrava-se a Pró-Reitoria de Extensão.

A Pró-Reitoria de Extensão (PROEX) da UFF é responsável por promover a articulação entre o ensino e a pesquisa e as demandas da sociedade em um exercício de contribuição mútua. Para tanto, coordena e apoia programas, projetos, eventos, cursos e prestações de serviço, considerando o compromisso social da universidade. Este compromisso é realizado através da inserção de ações de promoção e garantia dos valores democráticos de igualdade, desenvolvimento social e inclusão em suas atividades¹.

A PROEX segue o conceito de extensão universitária definido pelo FORPROEX, que a entende como um:

Processo interdisciplinar, educativo, cultural, científico e político que promove a *interação transformadora*, entre a universidade e outros setores da sociedade, *mediados por alunos de graduação* orientados por um ou mais professores, *dentro do princípio*

¹ Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/>>. Acesso em: 14 set. 2014.

constitucional da indissociabilidade com o Ensino e a Pesquisa.
(BRASIL, 2014, [s.p.], grifo meu)

Ao constituir-se desta maneira, a PROEX alinha-se também com as cinco diretrizes da extensão universitária do FORPROEX: interação dialógica; interdisciplinaridade e interprofissionalidade; indissociabilidade ensino-pesquisa-extensão; impacto na formação do estudante; e impacto e transformação social².

Sendo assim, optei por entrar em exercício na Pró-Reitoria por acreditar que seria o melhor local para conciliar minhas experiências anteriores com o novo cargo ao qual fui empossado, servindo ao público de maneira mais qualificada. Neste sentido, mesmo sem ainda ter tido acesso à dissertação de Sanseverino (2015), naquele momento começava a trilhar um novo caminho de modo a realizar uma das ideias propostas pela autora, ou seja, de que "seria interessante também analisar as contribuições do TAE com formação em Licenciatura de acordo com a sua área de conhecimento, bem como [sua atuação] em outras unidades de ensino, reitoria e órgãos suplementares da UFF" (SANSEVERINO, 2015, p. 135) objeto deste trabalho.

Desde que comecei a trabalhar na PROEX, devido às minhas experiências, fui encaminhado para realizar minhas atividades junto ao "Programa de Extensão Universitária – PROEXT"; uma ação interministerial, coordenada pelo MEC, com ênfase na formação dos estudantes e na inclusão social, que desenvolve parceria com as instituições públicas de educação superior, em suas mais diversas dimensões, mediante a seleção de programas e projetos de extensão universitária, visando "[...] *aprofundar ações políticas que venham fortalecer a institucionalização da extensão no âmbito das instituições públicas de ensino superior*" (BRASIL, 2014, [s.p.], grifo meu).

² Mais informações em Rede Nacional de Extensão. Disponível em: <<https://www.ufmg.br/proex/renex/documentos/2012-07-13-Politica-Nacional-de-Extensao.pdf>>. Acesso em: 20 maio 2014.

A UFF participa do edital desde sua origem. Em 2013, passados seus primeiros dez anos de realização, percebemos que a efeméride poderia ser uma "alavanca" para refletir sobre o desenvolvimento do Programa na Universidade. Surge então a ideia de realização do encontro, que posteriormente passa a se chamar "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF".

Após essa breve apresentação de meu cargo, formação e experiências anteriores, essencial para contextualização da experiência aqui relatada, buscarei, a seguir, por meio de um exemplo, responder à pergunta que deu origem a este trabalho, qual seja: como articular todas essas informações/possibilidades de contribuições para o processo educativo a fim de revelar as estratégias que favorecem o desenvolvimento desta atividade no exercício do meu cargo de TAE? Ou, mais diretamente, quais ações favorecem o desenvolvimento das atividades de ensino, pesquisa e extensão para este cargo? Ou ainda, resumidamente, na prática, como eu, como TAE, coordenei esta ação?

4 A METODOLOGIA UTILIZADA NA CONSTRUÇÃO DO ENCONTRO "POLÍTICAS PÚBLICAS E EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA – O PROEXT NA UFF"

A leitura do mundo precede a leitura da palavra, daí que a posterior leitura desta não possa prescindir da continuidade da leitura daquele. Linguagem e realidade se prendem dinamicamente. [...] De alguma maneira, porém, podemos ir mais longe e dizer que a leitura da palavra não é apenas precedida pela leitura do mundo, mas por uma certa forma de "escrevê-lo" ou de "reescrevê-lo", quer dizer, de transformá-lo através de nossa prática consciente. (FREIRE, 1983, p. 22).

Em verdade é fazendo novas coisas e sendo diferente que se transforma a realidade existente. (GANDIN, 2010, p. 92)

Conforme dito na seção anterior, observamos que a efeméride dos dez anos do PROEXT poderia impulsionar a reflexão sobre a prática das ações vinculadas ao Edital na Universidade. Neste sentido, percebi também que esta era a

oportunidade para que eu pudesse colocar em exercício as atribuições do meu cargo, sobretudo no que diz respeito a planejamento, elaboração de projetos e desenvolvimento de processo educativo. E qual caminho escolhi?

Minha leitura de mundo alinha-se aos princípios político-pedagógicos da obra de Paulo Freire. Assim, caminho junto com Padilha (2002) em sua visão da obra Freireana e acredito que são:

o posicionamento reflexivo e crítico sobre o ideal que temos de homem e de sociedade e as ações educativas relacionadas ao tipo e às características da educação que tornarão viável a construção da sociedade que queremos. (PADILHA, 2002, p.18)

Dito de outra forma, creio que nossa leitura de mundo guia nossas ações e, portanto, as escolhas metodológicas (nunca neutras) que serão utilizadas na construção da humanidade desejada. Desta maneira, eu buscava não só colocar em prática minha formação e as atribuições do meu cargo, como também estimular uma metodologia de construção participativa do evento centrada no que deve ser o foco principal da ação extensionista: o educando.

No contexto citado, consegui reunir um grupo de bolsistas que atuariam no projeto de realização do evento. Desta forma, começava a perceber ter o momento propício (a data comemorativa dos dez anos do Programa) e uma situação favorável de interesse institucional para a realização do encontro, podendo desenvolver a natureza do meu trabalho, de prática educativa vinculada à extensão universitária.

De acordo com Leonardo Boff (apud SARAIVA, 2008):

A extensão abre a universidade à realidade, pois permite ao estudante experimentar, testar seu conhecimento, incorporar conhecimentos novos e trazê-los de volta a instituição, além de ser o espaço onde o jovem amadurece intelectualmente e se transforma num agente de mudanças sociais. (BOFF apud SARAIVA, 2008, p. 87)

Assim, entre as diversas formas de planejamento, optei por referenciar a ação no planejamento participativo. Refiro-me à inspiração na metodologia expressa por Gandin, em seu livro *A prática do planejamento participativo*, centrada realmente na distribuição de poder e composta pelos quereres, fazeres e saberes dos envolvidos. Conforme o autor:

O Planejamento Participativo [...] enquanto processo técnico abre espaços especiais para a questão política. As questões da qualidade, da missão e, obviamente da participação são especialmente valorizadas. Mais do que isso, *assumem um caráter de proposta de futuro para a instituição que se planeja, onde está contido um ideal do campo da instituição*. (GANDIN, 2010, p. 29, grifo meu)

Essa era uma questão central, pois, infelizmente, na lida cotidiana na Universidade, percebia muitas coordenações de ações "extensionistas" que me pareciam enxergar o educando bolsista de extensão muito mais como um executor de tarefas elaboradas previamente e/ou preenchedor de formulários e relatórios do SIGProj³ do que como um participante ativo da ação e construção de seu próprio saber em prol de um objetivo comum.

Enfatizo aqui a distribuição de poder e a possibilidade de decidir na construção não apenas do "como" ou o "com quê" fazer, mas também do "o quê" e "para quê" fazer. Reforço estes aspectos porque a realização do evento e sua finalidade foram refletidas junto aos bolsistas antes de iniciarmos a preparação da ação "em si"⁴, tendo em vista que:

na maioria das vezes até a questão sobre "o que fazer" é dada como solucionada e as pessoas e as instituições se envolvem apenas para agir, para realizar o que está determinado. Raras

³ Sistema de Gestão e Informação de Projetos adotado como plataforma de inserção e busca de informações por parte do MEC/SESu.

⁴ Estes aspectos foram relatados pelo(a)s bolsistas em artigo de intitulado: "Cruzando experiências: relato da produção do Encontro 'Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF'".

Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/semext/anteriores/2014/projetosSemext.htm>>. Acesso em: 7 ago. 2016.

vezes há o questionamento sobre o "para que fazer" e sobre o "para quem estamos fazendo". (GANDIN, 2010, p. 35)

Assim, como horizonte, eu visava ao terceiro nível de participação apresentado por Gandin (2010)⁵, um tipo de participação que levaria a equipe à construção coletiva com os educandos. Neste sentido:

A construção em conjunto acontece quando o poder está com as pessoas. [...] Aí se pode construir um planejamento em que todos, com seu saber próprio, com sua consciência, com sua adesão específica, organizam os problemas, suas ideias, seus ideais, seu conhecimento da realidade, suas propostas e suas ações. Todos crescem juntos, transformam a realidade, criam o novo, em proveito de todos e com o trabalho coordenado. (GANDIN, 2010, p. 57).

Importante contextualizar que o planejamento participativo é uma escola de intervenção na realidade. Apesar de alinhar-se a outras correntes, como o planejamento estratégico e o gerenciamento de qualidade total, difere destes quanto a filosofia, conceitos, objetivos, técnicas e instrumentos⁶.

O planejamento participativo foi desenvolvido para instituições/grupos/movimentos que não têm como tarefa primordial aumentar o lucro, e sim contribuir para a construção do ser humano, da sociedade. Segundo Gandin (2001):

Tais entidades, incluindo aqui governos e seus diversos órgãos, não dispunham de ferramenta adequada para organizar seus processos de intervenção na realidade e vão, aos poucos, aproveitando-se do que o Planejamento Participativo lhes oferece para isto. [...] Como consequência, constrói um conjunto de conceitos, de modelos, de técnicas e de instrumentos que permitam utilizar processos científicos e ideológicos e organizar a participação para intervir na realidade, na direção conjuntamente estabelecida. (GANDIN, 2001, p. 82)

⁵ O autor propõe a divisão em três níveis de aprofundamento do fazer democrático: colaboração, decisão e construção em conjunto, que vão respectivamente do menos democrático ao mais democrático.

⁶ Para mais informações, consultar Gandin, 2001.

Sendo assim, o planejamento participativo constitui-se, na teoria e na prática, como uma resposta às necessidades do planejamento social; em nosso caso, de um órgão governamental criado para contribuir com a construção da sociedade. Ou seja:

O Planejamento Participativo pretende ser mais do que uma ferramenta para a administração; parte da ideia que não basta uma ferramenta para "fazer bem as coisas" dentro de um paradigma instituído, mas é preciso desenvolver conceitos, modelos, técnicas, instrumentos para definir "as coisas certas" a fazer, não apenas para o crescimento e a sobrevivência da entidade planejada, mas para a construção da sociedade; *neste sentido, inclui como sua tarefa contribuir para a construção de novos horizontes, entre os quais estão, necessariamente, valores que constituirão a sociedade.* (GANDIN, 2001, p. 87, grifo meu)

Retornando ao tema deste relato, em específico, sigamos nosso percurso, agora visando a responder: Qual o perfil dos bolsistas selecionados para o projeto? Como trilhamos nosso caminho?

Primeiramente, foi formada uma equipe de bolsistas composta por sete educandos com o seguinte perfil: duas discentes do curso de Produção Cultural, dois de Estudos de Mídia, uma de Publicidade e duas do curso de Letras.

Em seguida, certo de que "o planejamento precisa ser feito por aqueles que efetivamente executarão a ação" (PADILHA, 2002, p. 17), as atividades foram capitaneadas pelo grupo de bolsistas, mediados por mim, como já descrito, dialogicamente. Todas as etapas e resultados parciais do projeto eram então apresentados à equipe da Escola de Extensão – setor da PROEX onde eu era lotado – e também a convidados; o que permitia a ampliação de nosso círculo reflexivo.

Uma boa referência para ilustrar nossa metodologia de planejamento científico é a imagem do escoteiro, proposta por Rubem Aves e citada por Gandin (2010), que aqui replico de maneira resumida:

- a) "Abrir o mapa": como uma primeira aproximação tranquilizadora da realidade. Buscando reconhecer o contexto no qual a prática e o pensamento serão inseridos.
- b) Estabelecer o rumo: buscamos saber "onde estávamos" para relacionar nossa posição com o resultado que se desejávamos alcançar.
- c) Verificar a distância entre o desejado e o que temos no momento: aqui, importava além de checarmos a distância que estávamos de onde queríamos chegar, levantar os meios que dispúnhamos para caminhar e as possíveis dificuldades de percurso.
- d) Definir um caminho para um tempo: com as informações coletadas, estabelecer a proposta de ação adequada ao contexto.

Ainda de acordo com Gandin (2010):

Por isso, planejar é construir a realidade desejada. Não é só organizar a realidade existente e mantê-la em funcionamento (isto seria apenas o planejamento operacional, a administração), mas é transformar essa realidade construindo uma nova. Como alguém que constrísse uma casa: há uma realidade existente composta pelo terreno e pelos recursos; e há uma realidade desejada, a casa; todo o processo consiste em, na tensão entre estas duas realidades, construir a realidade idealizada ou, pelo menos, aproximar-se dela ao máximo. É bom insistir que o planejamento não é só fazer a planta e administrar os recursos, mas é, antes de tudo, esclarecer o ideal, o sonho, o que sempre envolve a discussão de valores e de sua hierarquia. (GANDIN, 2010, p. 58)

Começando a "caminhar" para a conclusão deste relato de experiência, gostaria ainda de retomar, mesmo que brevemente, a ideia da abordagem freireana que permeou todo o processo, especialmente da ação norteada pela prática dialógica. Segundo Padilha (2002):

Observa-se na obra de Paulo Freire a defesa de uma relação horizontal e de uma igual participação dialógica entre educador e educando. Isto aponta para o desenvolvimento de uma pedagogia dialética em que, além da necessidade de uma "ação criadora", o

educador deve aliar-se ao educando em sua atividade prática educativa [...] de forma que os vários elementos do processo ensino-aprendizagem se relacionem para que todos possam ensinar e aprender. (PADILHA, 2002, p.16)

Um bom exemplo, nesse sentido, é a ideia do "Círculo de Cultura", no qual o ato educativo, a relação pedagógica, está além da sala de aula e se constitui como uma atividade criadora que ocorre a partir das trocas interculturais. Assim, o "Círculo de Cultura" configura-se como um espaço onde se ensina e se aprende por meio do diálogo, e não pela transferência de conhecimento, promovendo, antes de tudo, um saber construído coletivamente, através de muitos olhares e perspectivas. Para Padilha (2002):

Ao propormos a retomada do termo "Círculo de Cultura", estamos sugerindo que se possa ampliar o espaço da sala de aula, diversificar e enriquecer as atividades e as relações pedagógicas, significando-as e trabalhando-as com base na participação dos alunos nos diferentes tempos e espaços didático-pedagógicos. (PADILHA, 2002, p. 140)

Como se pode perceber, a ação dialógica introduz um novo sentido pedagógico, uma relação horizontalizada onde todos podem se pronunciar e aprendem a escutar o outro. Citando Paulo Freire, Padilha (2002) ratifica esta ideia afirmando que, a partir dela:

Passa a existir um clima democrático no qual todos têm voz, podem lutar por seus direitos, suas convicções, todos podem dar seu testemunho coerente, com a certeza de que suas palavras serão ouvidas, discutidas e serão objeto de reflexão dos seus companheiros. [...] Ao dizer que o educador deve fazer seu ato educativo uma atividade também política, Paulo Freire quer afirmar justamente que a educação só pode de fato contribuir para o crescimento geral da pessoa, do sujeito, do cidadão, do aluno e da aluna se significar um espaço para expor ideias, para discutir com a maior amplitude possível temas que, se referindo ao contexto dos alunos, sempre estarão vinculados e poderão ser trabalhados no encontro das diferentes ciências e conhecimentos acumulados pelos homens, os quais serão também estudados pelos educandos. (PADILHA, 2002, p. 23)

Sendo assim, considero a interação dialógica como parte fundamental na metodologia de planejamento participativo. Especialmente se a busca for por alcançar o terceiro nível de participação, o de construção coletiva. Logo, as escolhas que fiz quanto à metodologia utilizada na construção do Encontro "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF" visaram estimular os discentes como protagonistas tanto de sua formação técnica – no sentido de preparação para sua futura atuação profissional –, quanto de sua formação cidadã – buscando facilitar-lhes a percepção do reconhecimento de si como agentes de mudança e transformação social –; realizando, afinal, o papel da Universidade. Desta forma, corroboro com Padilha (2002) que, mais uma vez mencionando Freire, atesta:

Na mesma direção, Freire afirma que "é decidindo que se aprende a decidir" (1997, p. 119). [...] Todos devem ter o direito e a liberdade de tomar decisões sobre suas próprias vidas, mesmo que, ao exercer tal liberdade, possam correr o risco de errar, pois conforme afirma Freire, é decidindo que construímos, com autonomia, nosso projeto de vida. É exercendo a capacidade de decidir que aprendemos a ser nós mesmos. Nem por isso se trata de uma decisão apenas individual, isolada em si mesma e desprovida da análise de suas possíveis consequências sociais, uma vez que "a liberdade amadurece no confronto com outras liberdades, na defesa dos seus direitos em face da autoridade dos pais, dos professores, do Estado" (Freire, 1997:119-120). O fundamental é assumirmos, eticamente, nossas decisões, pois assim, como também sugere Paulo Freire, fundaremos nossa autonomia, visto que ninguém é autônomo primeiro pra depois decidir. A autonomia vai se construindo na experiência de várias, inúmeras decisões que vão sendo tomadas. (PADILHA, 2002, p. 16-17).

Nesta seção vimos como, a partir dos requisitos mínimos para o cargo de TAE, articulados às minhas formações e experiências de vida, foram guiando e dando corpo, um caráter pedagógico à metodologia proposta para a realização do Encontro.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Para a conclusão do texto, apresento os relatos dos bolsistas sobre nossa experiência. Estes trechos foram reunidos a partir do contato posterior feito com eles – dois anos depois da realização do encontro – em que foi perguntado o que mais chamou sua atenção no período em que estivemos juntos.

Bolsista 1: "O que mais chamou minha atenção no período que realizamos o evento e sua preparação foi o trabalho em equipe. Todos estavam determinados e dispostos, não havia nenhum tipo de competição. A forma como nos foi permitido trabalhar foi essencial, pois, como bolsistas, tínhamos liberdade para criar e executar as tarefas. Algo que foi de extrema importância para a elaboração e execução do evento, pois dessa forma me sentia parte importante do todo, além de sentir nosso trabalho realmente valorizado. Vale ressaltar que, apesar da liberdade criativa já citada, não estávamos desacompanhados e/ou desamparados durante o processo."

Bolsista 2: "Uma das maiores experiências que eu tive na vida acadêmica e profissional também. A valorização que foi dada à nossa opinião e participação foi muito grande, tanto que fomos responsáveis por muitas funções no evento, mas sempre tendo o apoio e coordenadas do Enrico. No início eu não achava que minhas decisões ou opiniões eram tão importantes, mas ao longo do trabalho eu percebi que eram valorizadas (não só minhas, mas do grupo inteiro), e isso fez com que eu tivesse confiança nas minhas ideias e consequentemente estimulou minha criatividade. Ficávamos muito à vontade para trabalhar e debater sobre a produção do evento, mas tudo foi acompanhado de muita organização e empenho de todas as partes. O maior destaque, sem dúvida, foi o trabalho em equipe, que tornou as horas de trabalho as mais prazerosas possíveis sem deixar de ter nossas responsabilidades e cumprir com nossas tarefas, fazendo com que o evento fosse um sucesso. Eu sempre comento sobre a extensão com todo mundo. Foi uma experiência muito boa pra mim. Faria tudo de novo."

Bolsista 3: "Três coisas me chamaram mais a atenção: primeiramente, a possibilidade de explorarmos de maneira positiva as habilidades de cada bolsista, sem perdermos o 'foco coletivo' do projeto. Em segundo lugar, uma espécie de 'liberdade supervisionada', e até certo incentivo, para tratarmos de certas questões com pessoas de outras áreas de estudo,

fazendo com que trabalhássemos de maneira interdisciplinar, o que tornou a experiência mais enriquecedora. E, por último, a vantagem de exercermos nossa função em um grupo no qual havia espaço para questionar e ser questionado, o que influenciou no nosso amadurecimento como pessoas, alunos e profissionais."

Bolsista 4: "Durante o período que fui bolsista do projeto 'Políticas Públicas de Extensão Universitária: PROEXT na UFF', o que mais se destacou para mim foi o trabalho ter sido efetivamente realizado em equipe – composta por funcionários da universidade e bolsistas –, onde todos tinham autonomia para propor ideias, criar e executar tarefas. Apesar de não ter ficado até o final do processo, foi muito importante para mim ter a oportunidade desse trabalho com uma equipe com formação diversa, onde os olhares de cada área de atuação se complementaram e trouxeram uma experiência de muita importância para a minha formação profissional. Durante a ação de extensão, desenvolvi muitas atividades relacionadas ao que aprendi no curso de Produção Cultural, além de aprimorar meu desenvolvimento pessoal ao trabalhar em equipe."

Bolsista 5: "Durante o período que fui bolsista de extensão no projeto 'Visitas Técnicas (na Escola de Extensão)', de setembro de 2013 até dezembro de 2015, tive a oportunidade de realizar atividades com o Enrico. Foi através do encontro 'Políticas Públicas de Extensão Universitária' que mais tivemos contato. A experiência pra mim foi de fundamental importância, como profissional, estudante e também como indivíduo. O processo de elaboração e produção do evento foi muito prazeroso, mesmo com todos os empecilhos que realizar um evento pode ter. Acredito que o método de trabalho foi um dos melhores que já tive contato. O relacionamento entre nós bolsistas, com o Enrico e o restante dos funcionários funcionou muito bem. Me senti parte da equipe, motivada e o tempo todo consciente do todo, não só das minhas atividades. Outro ponto que teve destaque foi a distribuição de tarefas. Todos nós bolsistas tivemos atividades importantes, autonomia para realizá-las e reconhecimento pelas nossas participações. O relacionamento entre a equipe foi o ponto forte durante todo o processo, pois conseguiu manter todos produtivos, proativos e solícitos uns com os outros. Foi um período que aprendi muito, obtive conquistas pessoais, conheci pessoas que ficaram para além do projeto realizado. Com certeza é uma referência de metodologia de trabalho para meus projetos posteriores."

Bolsista 6: "Todo o período que precedeu e sucedeu a realização do evento foi bastante enriquecedor. Um dos aspectos mais positivos ao longo de todo o processo e que vale ser destacado foi o trabalho em equipe. Esse intercâmbio de conhecimentos e experiências entre pessoas de diferentes graduações contribuiu para que um complementasse o trabalho do outro, sem deixar de ser atribuído a cada um dos bolsistas o mesmo grau de importância. Durante todo o processo, nos foi dada a liberdade de externarmos nossas opiniões, ideias e sugestões sempre que julgássemos necessário. Tivemos uma participação muito efetiva na realização do evento. Vale ressaltar que fomos muito bem orientados durante todo esse período e que muito do sucesso desse evento se deve ao conjunto desses aspectos."

Bolsista 7: "Para mim o que mais chamou a atenção foi o sistema de gestão da equipe, ainda que sendo bolsistas tínhamos autonomia, efetivamente nos eram delegadas tarefas importantes para o bom andamento do trabalho, sem com isso deixarmos de receber assessoramento ou de tornarmos contato com o projeto de maneira holística. Da mesma forma que a proposta do encontro 'Políticas Públicas e Extensão Universitária' era que os outros projetos extensionistas tomassem conhecimento uns dos outros, também aplicávamos essa metodologia internamente: todos tinham acesso e oportunidade de diálogo com todos, o que tornou o grupo mais coeso e o desenvolvimento das ações mais eficaz. Além do contato com as atividades extensionistas, eu, mesmo entrando posteriormente para substituir outra bolsista, me senti parte ativa do processo, cuja metodologia levo comigo para minha atuação profissional como gestora (agora já graduada)."

Pode-se perceber, a partir dos relatos dos bolsistas, que esta práxis pedagógica se alinhou às cinco diretrizes da extensão universitária do FORPROEX. Assim, ao escolher o planejamento participativo como inspiração para desenvolver a proposta, realizamos a interação dialógica; e, ao trabalhar com bolsistas de diferentes áreas dos campos do saber e também com coordenações de diferentes cursos que interagiram com modelos, conceitos e metodologias com origem em várias disciplinas e áreas do conhecimento, ativamos a interdisciplinaridade e a Interprofissionalidade.

Pela própria proposta de realização do evento, considerando os/as discentes como protagonistas de sua formação técnica e cidadã, fortalecemos a

indissociabilidade ensino–pesquisa–extensão. Já por meio da dialogia/metodologia reflexiva, buscou-se o impacto na formação do estudante.

Por fim, o impacto e a transformação social foram alcançados tanto na metodologia escolhida quanto no processo de desenvolvimento da atividade e seus resultados. Neste sentido, foi muito interessante perceber nos muitos relatos ouvidos, tanto de bolsistas de outras atividades quanto de coordenações de ações extensionistas que participaram do evento, assim como das chefias, que um dos maiores destaques do encontro foi a organização e a apropriação dos bolsistas envolvidos diretamente na produção do evento no sentido de serem protagonistas empoderados de seu saber-fazer, dizendo a que vieram, ocupando os mais diferentes espaços. Afinal se não tivesse sido tão diferente, não teria se destacado tanto nas avaliações, mostrando uma forma de realizar uma ação extensionista de maneira tão pouco vista cotidianamente.

Esse foi um dos principais legados desta ação, tendo em vista que, conforme afirma Padilha (2002):

O planejamento dialógico é, na verdade, uma forma de resistência e representa uma alternativa ao planejamento autoritário, burocratizado, centralizado e descendente, que ganhou as estruturas dos nossos sistemas educacionais. (PADILHA, 2002, p. 25)

Ainda segundo o estabelecido pelo FORPROEX (2007),

Embora este seja um ideal ainda a ser alcançado, um requisito para a existência das ações de extensão é o de envolver os estudantes, sua razão de ser. Em suma, deve se justificar tanto pela perspectiva acadêmica como social. Assim, sem que se coíba a iniciativa de novas proposições – que podem se originar, por exemplo, de áreas de pesquisa dos docentes ou de novas áreas de atuação, não tendo ainda um impacto direto sobre a formação do estudante –, o estímulo e a orientação a serem dadas aos proponentes das ações devem ser no sentido de se buscar este componente formativo, seja na perspectiva técnico-profissional e na de formação política, cidadã. (FORPROEX, 2007, p. 52, grifo meu)

Dessa forma, inspirado nessa metodologia, busquei demonstrar – a partir da ação, e agora por meio deste relato de experiência, uma forma de desenvolvimento de um dos muitos possíveis trabalhos de alçada dos TAEs e a aplicação de uma metodologia de desenvolvimento de atividades dialógico-participativas; e, assim, explicitar uma forma pela qual os discentes podem ser envolvidos nas atividades extensionistas. Expondo afinal, que método e processo são tão importantes quanto o resultado.

REFERÊNCIAS

BRASIL. Ministério da Educação. Portal do MEC. **ProExt – Apresentação**. Disponível em:

<http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_content&view=article&id=12241&ativo=488&Itemid=487>. Acesso em: 20 maio 2014.

COSTA NETO, A. G. da. A carreira de estado da educação brasileira: um desafio para os sistemas de ensino. **Revista Educação Pública**, Rio de Janeiro, n. 04, 2012. Disponível

em:<<http://www.educacaopublica.rj.gov.br/jornal/materias/0514.html>>.

Acesso em: 08 ago. 2016

FREIRE, P. **A importância do ato de ler**. São Paulo: Editora Cortez, 1983.

GANDIN, D. **A posição do planejamento participativo**. 2001, p. 88.

Disponível em:

<<http://www.curriculosemfronteiras.org/voll1iss1articles/gandin.pdf>>. Acesso em: 08 ago. 2016.

_____. **A prática do planejamento participativo**: na educação e em outras instituições, grupos e movimentos dos campos cultural, social, político, religioso e governamental. Petrópolis, Rio de Janeiro: Editora Vozes, 2010.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO (Brasil). Ofício Circular nº 015/2005/CGGP/SAA/SE/MEC, de 28 de novembro de 2005. Encaminha a descrição dos cargos técnico-administrativos em educação, que foram autorizados pelo Ministério de Planejamento, Orçamento e Gestão para concurso público. Disponível em:

<<http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/canalcgpp/oficios/oc01505.pdf>>. Acesso em: 11 jun. 2013.

MIRAILH, S. et al. **Cruzando experiências** – relato da produção do encontro "Políticas Públicas e Extensão Universitária – o PROEXT na UFF". Disponível em: <<http://www.proex.uff.br/semext/anteriores/2014/projetosSemext.htm>>. Acesso em: 07 ago. 2016.

PADILHA, P. R. **Planejamento dialógico**: como construir o projeto político-pedagógico da escola. Guia da Escola Cidadã; v. 7. São Paulo: Editora Cortez; Instituto Paulo Freire, 2002.

REDE NACIONAL DE EXTENSÃO. **Áreas Temáticas**. Disponível em: <http://www.renex.org.br/index.php?option=com_content&view=article&id=2&Itemid=3>. Acesso em: 20 maio 2014.

SANSEVERINO, A. M. **Plano de ação para o Técnico em Assuntos Educacionais em uma Instituição Federal de Ensino Superior**. Niterói, 2015. 178 f. Dissertação (Mestrado em Sistemas de Gestão) – LATEC, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2015.

SARAIVA, R. **O papel da universidade no século XXI**. 2008, p. 86-87. Disponível em: <<https://portalrevistas.ucb.br/index.php/RDL/article/viewFile/1955/1275>>. Acesso em: 5 de out. 2014.